

**PARECER TÉCNICO 03-08**
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2022

(Item 18 do Edital 05/2022, artigo 35, inciso V da Lei Federal nº 13.019/2014 e artigo 30 do Decreto nº 8.726/2016)

Projeto: CASA ECO PANTANEIRA

Entidade: SINDARQ/MS – Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas de Mato Grosso do Sul

CNPJ: 70.372.057/0001-05

Este parecer foi elaborado considerando o processo de seleção e os documentos do projeto em questão, em suas dimensões de mérito e convergência com os objetivos do edital de fomento, bem como em relação à habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista. A primeira parte ficou sob a responsabilidade do arquiteto Antonio Couto Nunes, assessor especial da presidência do CAU/BR e a segunda parte sob responsabilidade do funcionário da Gerência Administrativa Marcos Camilo, assistente administrativo do Núcleo de Compras, Contratos e Licitações.

A respeito:

I. Do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

O projeto “CASA ECO PANTANEIRA” propõe à capacitação em ação para ATHIS em áreas rurais e protegidas, com levantamento, projeto e unidades demonstrativas na comunidade ribeirinha da APA Baía Negra, em Ladário/MS. Com o objetivo de reduzir o impacto ambiental e melhorar as condições de enfrentamento dos incêndios que têm afetado o Pantanal, o projeto visa exercitar a visão integrada entre habitação, trabalho e preservação ambiental e potencializar o uso de materiais incombustíveis, de baixo carbono e baixo impacto ambiental, normatizados, e soluções de saneamento adequado a áreas alagáveis. Ao contribuir para a capacitação da população local, levantamentos técnicos e elaboração de projetos para ATHIS, colocando em prática metodologias participativas e de engajamento comunitário, o projeto torna-se compatível com o objetivo de realizar ações de prevenção e mitigação de riscos climáticos e recuperação de áreas degradadas por desastres ambientais a partir da ATHIS, e da promoção da Habitação de Interesse Social a partir da ATHIS do Edital 05/2022. O projeto “CASA ECO PANTANEIRA” apresenta-se, desta forma, compatível com a modalidade deste edital.

II. Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista na legislação;

A proposta atende ao interesse de ambas as partes, considerando o artigo 28, inciso 1º da Lei 12.378/2010, que determina que compete ao CAU zelar pela valorização da arquitetura e do urbanismo, destacando-se ainda a atuação do Conselho no campo da assistência técnica em habitação de interesse social – ATHIS. Reitera-se ainda a missão do CAU, definida em seu planejamento estratégico 2013-2023, de promover arquitetura e urbanismo para todos. As ações alinhadas aos temas da ATHIS e da Regularização fundiária são centrais para o que o CAU avance em sua missão institucional e contribuem para que a autarquia cumpra com a premissa de investir pelo menos 2% de sua receita anual líquida em ações de promoção da ATHIS.

III. Da viabilidade de sua execução;

Em análise ao Plano de trabalho apresentado, e com a avaliação criteriosa da Comissão de Seleção, divulgada através de 5 atas publicadas no Portal da Transparência do CAU/BR, verificou-se que a estimativa de despesas e cronograma de execução dos trabalhos estão adequados e devidamente detalhados. Ademais, a parceria encontra crédito e dotação orçamentária no CAU/BR (6.2.2.1.1.01.07.02.002 - Convênios, Acordos e Ajuda a Entidades; Centro de Custo: 4.01.01.030 - Programa mais arquitetos (ATHIS). Conclui-se que há viabilidade de sua execução.

IV. Da verificação do cronograma de desembolso;



O Cronograma de Desembolso foi apresentado de forma clara, demonstrando o detalhamento das ações, o valor de cada item e o valor de cada etapa de desenvolvimento do projeto, expressos no Plano de Trabalho. O repasse dos recursos será feito em três parcelas. A proposta da OSC é de um primeiro depósito equivalente a 13% do total do fomento (R\$ 31.819,00), a ser logo após a assinatura do Termo de Fomento. As outras duas parcelas serão depositadas entre fevereiro a março de 2023, em valor equivalente a 62% do total (R\$ 155.073,00) e, por fim, o último depósito deverá ser realizado entre maio e junho de 2023, em um valor equivalente a 25% do total (R\$ 63.108,00). Apesar de diferente do sugerido pelo edital (50%, 25%, 25%), os valores estão próximos e justificados, em datas compatíveis com o cronograma de atividades apresentadas. Assim, conclui-se que o cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho está adequado e permite a sua efetiva fiscalização.

V. Da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;

Durante a execução do projeto, a Comissão de Monitoramento irá monitorar e avaliar o cumprimento do objeto da parceria em suas reuniões mensais. Os projetos contemplados no edital deverão apresentar prestação de contas parciais, o que deverá otimizar a análise das atividades do projeto. O Gestor da parceria deverá acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria. Após o fim do projeto, o Gestor do CAU/BR nomeado emitirá parecer técnico conclusivo de análise de prestação de contas recebida da Entidade, para o qual será analisado se as metas propostas foram cumpridas, se a execução financeira está de acordo com o plano de trabalho, se as datas de execução e das notas fiscais estão de acordo com o prazo firmado em contrato, se as notas fiscais estão em nome da entidade e se o recurso financeiro foi desembolsado de acordo com os itens e os valores previstos.

VI. Da designação do gestor da parceria;

O Gestor da Parceria será o funcionário do CAU/BR Antonio Couto Nunes, assessor especial da presidência do CAU/BR.

VII. Da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

A Comissão de Monitoramento e Avaliação das Parcerias do CAU (CMAP) foi nomeada pela Portaria PRES nº 413, de 19 de abril de 2022 e seus trabalhos podem ser acompanhados através de atas e relatórios, publicados no Portal da Transparência do CAU/BR (<https://transparencia.caubr.gov.br/monitoramentodeparcerias/>).

Brasília, 29 de novembro de 2022.

ANTONIO COUTO NUNES

Arquiteto e Urbanista
Assessoria Especial da Presidência
do CAU/BR

MARCOS CAMILO

Assistente Administrativo
Gerência Administrativa do
CAU/BR